

# SUMÁRIO

---

|   |           |
|---|-----------|
| PREFÁCIO .....  | 13        |
| APRESENTAÇÃO .....  | 15        |
| <b>Capítulo 1 – ELEIÇÕES MUNICIPAIS: O PAPEL DO MUNICÍPIO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO .....</b>                             | <b>19</b> |
| 1.1. Breve esboço da Justiça Eleitoral no Brasil .....  | 19        |
| 1.2. O Município na Federação brasileira .....  | 21        |
| 1.2.1. O Município no Brasil: apontamentos sobre a evolução da autonomia municipal .....                                | 22        |
| 1.2.1.1. No Brasil Colônia .....  | 22        |
| 1.2.1.2. No Brasil Império .....  | 24        |
| 1.2.1.3. No Brasil República .....  | 26        |
| 1.2.1.3.1. Na Constituição de 1891 .....  | 26        |
| 1.2.1.3.2. Na Constituição de 1934 .....  | 28        |
| 1.2.1.3.3. Na Constituição de 1937 .....  | 29        |
| 1.2.1.3.4. Na Constituição de 1946 .....  | 30        |
| 1.2.1.3.5. Nas Constituições de 1967 e 1969 .....   | 32        |
| 1.2.2. O Município na Constituição de 1988 .....  | 33        |
| 1.2.2.1. Posição do Município na Constituição de 1988 .....   | 34        |
| 1.2.3. O reconhecimento da autonomia municipal: capacidade de auto-legislação e de elaboração de sua lei orgânica ..... | 38        |
| 1.3. A importância da autonomia municipal na realização do princípio democrático .....                                  | 39        |

|   |               |
|---|---------------|
| <b>CAPÍTULO 2 – AS CONVENÇÕES PARA A ESCOLHA DE CANDIDATOS E O REGISTRO DE CANDIDATURAS .....</b>   | <b>43</b>     |
| 2.1. Autonomia partidária para a escolha de candidatos e a vedação da chamada “candidatura nata” .....  | 44            |
| 2.2. Da organização e realização das convenções pelos partidos políticos – Exigência de respeito às normas estatutárias do partido .....                  | 45            |
| 2.3. Do registro de candidato .....   | 48            |
| 2.3.1. O controle de elegibilidade feito pelo Tribunal de Contas .....  | 51            |
| 2.3.2. Em coligação desfeita, é possível a substituição de todos os candidatos indicados por um partido por candidatos do outro .....                     | 52            |
| 2.3.3. Realização de prévias eleitorais .....   | 53            |
| 2.3.4. Arguição de irregularidade em convenção: legitimidade e aspectos processuais .....   | 54            |
| 2.3.5. Do processo de impugnação quanto à regularidade do registro .....  | 55            |
| <br><b>CAPÍTULO 3 – RECURSOS DE CAMPANHA: ARRECADAÇÃO, APLICAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS .....</b>  | <br><b>59</b> |
| 3.1. Doação acima dos limites legais – Doação proibida – Configuração de ilícito tributário e possibilidade de apuração de abuso do poder econômico ..... | 61            |
| 3.2. Arrecadação e aplicação dos recursos .....   | 65            |
| 3.2.1. Os recibos eleitorais .....  | 65            |
| 3.2.2. Da origem dos recursos e da necessidade de abertura e movimentação de conta bancária específica .....  | 67            |
| 3.2.2.1. Concessionária e permissionária do serviço público .....   | 71            |
| 3.2.2.2. Entidade de classe .....   | 72            |
| 3.2.3. Dos gastos eleitorais .....  | 73            |
| 3.3. Da prestação de contas .....   | 76            |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 4 – CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL – AS AÇÕES ELEITORAIS CABÍVEIS PARA APURAÇÃO DE CONDUTAS VEDADAS E AS ESPÉCIES DE SANÇÕES .....</b>   | <b>81</b>  |
| 4.1. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) .....   | 82         |
| 4.2. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) .....   | 86         |
| 4.3. Representações e Reclamações por descumprimento da Lei nº 9.504/1997 .....   | 91         |
| 4.4. Ação Rescisória Eleitoral .....  | 93         |
| 4.5. Condutas vedadas pela Lei nº 9.504/1997 .....  | 94         |
| 4.5.1. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais .....  | 95         |
| <b>CAPÍTULO 5 – PROPAGANDA POLÍTICA .....</b>   | <b>107</b> |
| 5.1. Conceito de propaganda eleitoral .....   | 107        |
| 5.2. A propaganda eleitoral .....   | 108        |
| 5.2.1. A propaganda eleitoral e a promoção pessoal – Diferenças e casuísticas .....   | 110        |
| 5.2.2. O início e o término da propaganda em geral e da propaganda eleitoral, em especial – Propaganda extemporânea – Punições possíveis .....                                    | 110        |
| 5.2.2.1. Cuidados que devem ter os ocupantes de mandato eletivo e pré-candidatos, para que as informações prestadas sobre a sua gestão não configurem propaganda antecipada ..... | 112        |
| 5.2.2.2. Propaganda antecipada negativa .....   | 115        |
| 5.3. A propaganda lícita .....  | 116        |
| 5.3.1. A publicidade institucional como espécie de propaganda lícita .....  | 120        |
| 5.4. Propaganda irregular .....   | 121        |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>125</b> |
| <b>01. Resolução TSE nº 21.702, de 2.4.2004 – Instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada Município .....</b>                                    | <b>125</b> |



|  |     |
|--|-----|
| <b>02. Resolução TSE nº 21.803, de 8.6.2004</b> – Dispõe sobre os critérios de fixação do número de vereadores nos municípios, de acordo com o disposto no art. 29, IV, da CF .....  | 127 |
| <b>03. Resolução TSE nº 22.205, de 23.5.2006</b> – Regulamenta a Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006, que dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 ..... | 127 |
| <b>04. Resolução TSE nº 22.250, de 29.6.2006</b> – Dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de recursos nas campanhas eleitorais e sobre a prestação de contas .....   | 129 |
| <b>05. Resolução TSE nº 22.376, de 17.8.2006</b> – Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais .....  | 141 |
| <b>06. Resolução TSE nº 22.610, de 25.10.2007</b> – Disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária .....  | 142 |
| <b>07. Resolução TSE nº 22.623, de 13.11.2007</b> – Dispõe sobre pesquisas eleitorais (eleições de 2008) .....   | 144 |
| <b>08. Resolução TSE nº 22.624, de 13.12.2007</b> – Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 .....  | 147 |
| <b>09. Resolução TSE nº 22.715, de 28.2.2008</b> – Dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de recursos por candidatos e comitês financeiros e prestação de contas nas eleições municipais de 2008 .....   | 153 |
| <b>10. Resolução TSE nº 22.718, de 28.2.2008</b> – Dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral (eleições de 2008) .....   | 167 |
| <b>11. Eleições Municipais</b> – Prazos de desincompatibilização – Compilação de Legislação e Jurisprudência .....   | 184 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....  | 206 |